

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2023**  
**(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)**

Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, a respeito da grade curricular do Programa de Mestrado destinado aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Apresentação: 04/12/2023 17:10:18.140 - Mesa

RIC n.2944/2023

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Foi aprovado por esta Comissão, na reunião realizada em 24/10/2023, o Requerimento nº 370/2023, de autoria do Deputado **Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)**, que requer seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, o presente pedido de informações a respeito da grade curricular do Programa de Mestrado destinado aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Dessa forma, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas as informações supra mencionadas ao Senhor Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública.

**JUSTIFICATIVA**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou em 6/10/2023, cinco editais destinados às Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IFES). A iniciativa prevê a oferta de 830 vagas de pós-graduação *lato e stricto sensu* voltadas aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).



Os cursos serão executados pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Além da ação, o Ministério também vai abrir vagas para especialização e mais de 100 mil oportunidades em cursos de curta duração, com bolsa de R\$ 900,00.

Com o objetivo de proporcionar a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada dos profissionais do SUSP por meio de cursos na modalidade a distância (EaD), a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública, escola virtual do Ministério da Justiça, conta com mais de 95 cursos.<sup>1</sup>

A responsabilidade parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo é um dos pilares fundamentais do sistema democrático. Essa função desempenhada pelos legisladores é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a legalidade das ações do governo, além de assegurar que os interesses da população sejam atendidos de maneira adequada.

Ainda nesse sentido, a fiscalização parlamentar é exercida principalmente pelos membros do Poder Legislativo, que são eleitos pelo povo para representá-lo e defender seus interesses. Essa tarefa envolve a avaliação constante das políticas, programas e gastos executados pelo governo, bem como a identificação de possíveis irregularidades ou abusos de poder.

Outrossim, é de interesse populacional o acesso à grade curricular desses cursos, assim como, cabe dentre os deveres parlamentares tal fiscalização, o que pode ocorrer neste caso por meio do acesso às informações detalhadas acerca da implementação de tais políticas e programas.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2023.

Ubiratan **SANDERSON**  
Deputado Federal  
**Presidente da CSPCCO**

---

<sup>1</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-profissional/2023/10/5131583-ministerio-da-justica-oferta-mestrado-para-profissionais-da-seguranca.html>



LexEdit  
CD234365350900